

Dossiê

Buchi Emecheta e Françoise Ega: Escritas Migrantes do Sul Global

Liliam Ramos¹ 

Nôva Marques Brando¹ 

RESUMO

*No cenário de deslocamentos de pessoas entre o centro e a periferia do globo, narrativas emergentes, sujeitos literários e práticas discursivas cruzam fronteiras físicas e culturais impostas pelo colonialismo. Esse quadro está presente em *Cidadã de Segunda Classe* (2018), de Buchi Emecheta e *Cartas a uma negra: narrativa antilhana* (2021), de Françoise Ega. Das experiências da nigeriana Adah e da martinicana Maméga, que emigraram para Londres e Marselha, respectivamente, são selecionadas e problematizadas aquelas relativas à maternidade, à moradia, às ocupações profissionais e à escrita. Para isso, buscamos ferramentas que julgamos adequadas para análises das vivências das personagens nos debates do feminismo decolonial através de pesquisas de Françoise Vergès, Oyèrónke Oyewùmí, Grada Kilomba, Gayatri Spivak, Conceição Evaristo e Gloria Anzaldúa relacionadas à reprodução social e racialização, à generificação das relações, ao controle da fala e da enunciação, ao privilégio epistêmico e à escrita como agência de enfrentamento ao colonialismo; da mesma forma, contribuições de Aníbal Quijano, Edward Said e Frantz Fanon quanto à colonialidade do poder, à produção de conhecimento, linguagem e mentalidades dominadoras. O diálogo realizado entre os textos e a bibliografia teórica nos permitirá afirmar a existência de uma relação entre o lugar que essas mulheres racializadas ocupam na reprodução social da ordem capitalista e a escrita de mulheres como resistência e protagonismo diante das políticas colonialistas.*

Palavras-chave: Autorias negras. Imigração. Feminismo decolonial. Buchi Emecheta. Françoise Ega.

Recebido em: 18/01/2025

Aceito em: 17/03/2025

Silvio Renato Jorge
Editor-chefe dos
Estudos de Literatura

José Luís Jobim
Wail S. Hassan
Editores convidados

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: liliamramos@gmail.com

E-mail: novabrando@gmail.com

Como citar:

RAMOS, Liliam; BRANDO, Nôva Marques. Buchi Emecheta e Françoise Ega: Escritas Migrantes do Sul Global. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 67, e66613, jan.-abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i67.66613.pt>

*Hay tantísimas fronteras
que dividen a la gente,
pero por cada frontera
existe también un puente.*

(Gina Valdés, *Puentes y fronteras: coplas chicanas*, 1982)

Introdução

O deslocamento entre territórios e o trânsito entre culturas são características fundamentais do colonialismo desde a invasão de Abya Yala, passando pela diáspora africana e a ocupação direta de territórios necessários à concretização do projeto de modernidade. A emigração de contingente populacional considerável rumo ao norte, por sua vez, apresentou-se como marca do período pós-colonial e da continuidade da política colonialista. Nos processos de movimentação de pessoas, de controle de fronteiras, de regulação econômica e de ingerência das relações socioculturais na Nigéria, país da África Ocidental, e na Martinica, atualmente Departamento Ultramarino Francês no Caribe, podemos encontrar vestígios do funcionamento das empresas colonizadoras britânicas e francesas. Esses são também os locais de onde partem as escritoras negras Buchi Emecheta e Françoise Ega e as protagonistas racializadas de *Cidadã de segunda classe* (2018) e *Cartas a uma negra: narrativa antilhana* (2021), os dois romances objetos desta análise.

Nos cenários de fronteiras, de acordo com Homi Bhabha, não haveria mais lugar para a transmissão de tradições nacionais, o que antes foi tema central da literatura mundial, um espaço de histórias transnacionais de migrantes, colonizadores, refugiados políticos, em condições de fronteiras e divisas, que compartilham culturas e que se “reconhecem através de suas projeções de alteridade” (Bhabha, 1998, p. 33). Diante das subjetividades marcadas pela relação com o colonizador e distante do cânone da literatura nacional, caberia agora à crítica literária aprofundar questionamentos relativos à mobilidade cultural mais que a necessidade de definir pertencimento, tão cara aos séculos XIX e XX (Bernd, 2007).

Nessa perspectiva, aconteceu nosso encontro com as personagens Adah e Maméga¹, mulheres negras e imigrantes que se reelaboram em condições pendulares entre a recusa das relações que lhes eram familiares e a aceitação da nova configuração social ainda estranha. Para a leitura dos textos de Emecheta e Ega, recorreremos a formulações dos estudos decoloniais e dos debates do feminismo decolonial. Dos primeiros, as contribuições de Aníbal Quijano, Edward Said e Frantz Fanon quanto à colonialidade do poder e a formulação quanto à produção de conhecimento, linguagem e mentalidades dominadoras; do segundo, as pesquisas de Françoise Vergès, Oyèrónké Oyewùmí, Grada Kilomba, Gayatri Spivak, Conceição Evaristo e Gloria Anzaldúa relacionadas à

¹ Maméga ou Mam'Ega, contração de Madame Ega em crioulo, foi como Françoise ficou conhecida na comunidade em que se forjou ativista social e pela qual se engajou na vida política de Marselha – na cidade, inclusive, existe o Espaço Cultural Comitê Mam'Ega, mantido pelos moradores e filhos de Ega (Siqueira, 2022). Optamos por tratar a narradora e protagonista de *Cartas a uma negra* por essa denominação, que na obra aparece com a grafia Maméga.

reprodução social e racialização, à generificação das relações, ao controle da fala e da enunciação, ao privilégio epistêmico e à escrita como agência de enfrentamento ao colonialismo.

Das experiências imigrantes de Adah e Maméga, radicadas em Londres e Marselha, respectivamente, foram recortadas aquelas relativas à maternidade, à moradia, às ocupações profissionais e à escrita para problematizar a relação entre o lugar que essas mulheres ocupam na reprodução social da ordem capitalista e na resistência ao colonialismo.

Uma nigeriana e uma martinicana no Norte Global – a racialização das relações de reprodução social

A nigeriana Adah protagoniza o romance *Cidadã de segunda classe*, escrito por Buchi Emecheta.² A obra foi publicada em 1974, na Inglaterra, e chegou traduzida ao Brasil em 2018 por Heloisa Jahn. No texto, construído em terceira pessoa e pelo discurso indireto, encontramos na personagem principal uma jovem *igbo* que, desde a infância na cidade de Lagos, até a vida de imigrante em Londres, no período pós-colonial, manifesta o desejo pelos estudos e pela constituição de uma carreira profissional. No enredo, que segue pelos caminhos abertos por Adah, são exploradas tradições étnicas e seus embates com a cultura ocidental. Na trajetória da protagonista, são elementos centrais as relações que se estabelecem entre o matrimônio, a maternidade, o acesso à moradia e a realização profissional na terra natal e, após a imigração, na Inglaterra.

Para tentarmos alcançar as experiências da personagem, recorreremos à necessária discussão sobre o conceito de gênero e à racialização das relações de reprodução à luz do debate promovido pelas feministas decoloniais Oyèrónke Oyewùmí (2004) e Françoise Vergès (2020). De acordo com Oyèrónke Oyewùmí, a partir das experiências e epistemologias africanas, categorias analíticas não deveriam ser tomadas “por seu valor nominal, especificamente, para articular uma crítica africana” (Oyewùmí, 2004, p. 3). Conforme a autora, o sistema de família nuclear do qual deriva o conceito de gênero seria uma forma especificamente europeia, da mesma forma que não seria universal a categoria social “mulher”. Para ela, outras formas de igualdade e opressão se manifestariam em organizações sociais não ocidentais e, por esse motivo, a aplicação da teoria feminista hegemônica para estudos de realidades africanas se mostraria inócua. A família nuclear generificada, constituída por casais formados na dualidade dicotômica e binária dos corpos e base da divisão social do trabalho no ocidente, seria um dos grandes exemplos de importação inadequada de categorias do feminismo para análise de realidades africanas. Um único exemplo seria capaz de demonstrar a ordem outra da qual Adah fazia parte, o seu lugar como a maior responsável pelo provimento da família. Portanto, enquanto construção histórica, os vínculos da personagem seriam alheios às formulações euromodernas de família (Oyewùmí, 2004).³

²O livro não é caracterizado pela autora como uma autobiografia e, embora não seja objeto da análise as coincidências entre os eventos da vida de Buchi Emecheta e da personagem Adah, lembramos que são públicas as declarações da escritora quanto à presença de histórias pessoais utilizados na construção da narrativa (Emecheta, 1982).

³A filósofa nigeriana Oyewùmí (2004) menciona a forma como são construídos alguns laços familiares em diferentes etnias. A família ioruba, por exemplo, seria uma organização não generificada, uma vez que o parentesco e as categorias se definiriam não a partir do gênero e sim pela antiguidade em torno de um núcleo de irmãos e irmãs consanguíneos. Na família shona, as mulheres ocupariam posições superiores aos homens e na família *igbo*, etnia da qual faz parte Adah, estudos antropológicos teriam demonstrado a existência de maridos fêmeas e de filhas do sexo masculino, situações descabidas dentro de uma episteme ocidental.

Desse modo, qualquer discussão sobre a nigeriana, de etnia *igbo*, uma cidadã de segunda classe, quando desterritorializada, sem a utilização de categorias devidas, somente reforçaria o colonialismo assumido pelas narrativas sociais, cujos tentáculos seguem dispostos sobre as relações experienciadas no Sul Global e em meio ao trânsito cultural quando dos deslocamentos.

Com isso, acordamos explicitamente que, para a problematização das relações de reprodução social em *Cidadã de segunda classe* e, nos limites desse artigo, evitaremos o conceito de gênero, definido com base na generificação da organização familiar ocidental, para explicar as relações nas quais está envolvida a protagonista. Em meio a uma dupla subjugação, do colonizador e do colonizado (Vergès, 2020), as vivências dentro do cenário conjugal, que vão desde as relações financeiras e sexuais até a violência psíquica e física, objeto para pesquisas e elaborações teóricas de fôlego, aqui foram tangenciadas na medida da sua relação direta com as dificuldades da vida material cotidiana e o desejo pela escrita no território do colonizador.

Assim como reposicionar o conceito de gênero e redimensionar a aplicação da ferramenta nas análises a respeito das culturas africanas, também foi necessário pensar no conceito de racialização, que vem sendo desenvolvido pelas teorias pós-coloniais e decoloniais e aplicado como um importante instrumento de análise das relações entre o Norte e o Sul Global. De modo geral, racialização seria um substantivo capaz de definir pessoas negras, não brancas, não ocidentais ou imigrantes, ou seja, toda a pessoa que carregasse consigo marcas sociais referentes à cor, religião, língua ou outro distintivo que não se enquadrasse ao modelo europeu. Atentas às práticas e às consequências da racialização, que colocam mulheres numa posição de desigualdade, não somente ao homem genérico, mas também entre mulheres, recorreremos ao feminismo decolonial. De acordo com ele (Vergès, 2020), a exploração do trabalho, os lugares ocupados na reprodução social e o controle dos corpos femininos racializados são peças fundamentais na engrenagem da ordem capitalista.

Enquanto às mulheres brancas cabiam as reivindicações vinculadas às pautas de liberação sexual e igualdade no mercado de trabalho, Adah assumiu um casamento, aceitou um cargo na Representação Diplomática Britânica e migrou para Londres para seguir estudando e retornar ao seu país em condições melhores de vida que a habilitassem a fazer parte da elite local, em grande parte, até a independência da Nigéria, formada pelo colonizador ou por quem dele estivesse a serviço. Em solo britânico, muito distante dos problemas enfrentados pelas europeias, a personagem se defrontou com obstáculos que somente uma mulher negra com filhos enfrentaria: a moradia e a maternidade. A escassez de moradia parecia tão visível quanto o racismo por detrás dela e Adah, rapidamente, apreendeu que para antilhanos, bahanenses, paquistaneses e estudantes africanos, “todos negros, todos de cor” (Emecheta, 2018, p. 57),

eram reservadas acomodações insalubres em guetos, e isso acontecia especialmente para aqueles que estavam acompanhados dos filhos:

Quase todos os anúncios incluíam o aviso “Desculpem, pessoas de cor não serão aceitas”. Sua busca de casa ficava ainda mais difícil porque era negra; negra, com dois filhos pequenos e grávida de mais um. Estava começando a aprender que sua cor era uma coisa da qual supostamente deveria se envergonhar. Na Nigéria nunca se dera conta disso, mesmo estando entre brancos. Decerto aqueles brancos haviam tido algumas aulas sobre cor antes de ir para os trópicos, porque nunca permitiam que de suas bocas cautelosas saísse a informação de que em seus países o negro era inferior. [...] Estava aprendendo a desconfiar de tudo o que fosse bonito e puro. Essas coisas eram para os brancos, não para os negros. (Emecheta, 2018, p. 104).

Embora os esforços da personagem em relação a sua educação formal tenham lhe garantido um bom emprego no novo país com uma função que lhe aproximava das intenções de se qualificar profissionalmente, Adah foi exposta a uma cultura que a considerava imprópria e inferior. Essa aferição, primeiramente, manifestou-se na dificuldade para conseguir tanto acomodações dignas para morar, uma vez que famílias africanas com filhos eram indesejadas pelos senhorios, quanto um local seguro para deixar seus filhos. O problema que se apresentava para Adah estava, para os limites dessa análise, vinculado ao espaço e ao cuidado necessários à reprodução social da vida.

Na biblioteca, muito depressa ela passou a protegida da bibliotecária-chefe, uma tcheca [...]. Para ela estava ótimo, ser uma cidadã de primeira classe durante parte do dia em que trabalhava numa biblioteca limpa, com aquecimento central, mas – e seus filhos? Quem ia cuidar deles? (Emecheta, 2018, p. 65-67).

Para as “pessoas de cor” eram reservadas casas pouco apropriadas para moradia, e para os “negros com filhos” mesmo as precárias instalações lhe eram negadas. Para eles, também eram pouco acessíveis os serviços de educação infantil, que lhes garantiriam ao mesmo tempo a guarda dos filhos e a prática profissional. Ao se debruçar sobre aquilo que chamou de feminismo civilizatório do século XXI, Vergès (2020, p. 67) advertiu quanto às “representações negrofóbicas e orientalistas, ideias preconcebidas sobre ‘a’ família oriental ou africana, sobre a mãe e o pai nessas famílias”, vivenciadas por Adah no contexto de imigração. Havia um modelo no qual se enquadrava a mãe “branca, saudável, maternal em oposição às figuras de uma feminilidade ‘degenerada’ – a feiticeira, a escrava africana [...]” que deu corpo à ideia de Nação que o colonialismo construiu (Dorlin *apud* Vergès, 2020, p. 55). A protagonista de *Cidadã de segunda classe* experimentou o sentimento de não enquadramento e de inferioridade por sua condição de mulher negra e mãe na metrópole londrina.

Na Nigéria, apesar das adversidades para o estudo que lhe garantiu um bom emprego, Adah não enfrentou dificuldades para trabalhar mesmo após a maternidade. Ao mesmo tempo em que era atravessada pelas decisões de uma família expandida, também por ela era acolhida, como observamos no momento da narrativa em que recordava do apoio e do amor e da proteção que recebia dos seus sogros, dos mimos das criadas e do respeito que as irmãs do marido por ela tinham (Emecheta, 2018, p. 39). Deixar de trabalhar não era uma opção para a protagonista, se lembrarmos que era a grande responsável pelos proventos da família também em território britânico. Desterritorializada, no entanto, Adah não contava mais com a rede de apoio que os vínculos familiares lhe proporcionavam e por isso, além de um local próprio para a família morar, outro grande obstáculo por ela enfrentado, foi achar um local seguro e salubre no qual pudesse confiar a estadia dos filhos enquanto trabalhava. Descobriria, dessa forma, que ser mãe na Inglaterra exigia dela comportamentos e condições diferentes daqueles que eram apresentados em sua terra natal.

A maioria das esposas nigerianas explicava a necessidade de afastar as crianças mencionando a inadequação das acomodações onde viviam, e havia boa dose de verdade nessa afirmação. O que nenhuma delas admitia, porém, era que quase todas haviam sido criadas em condições muito, muito diferentes daquelas em que se encontrava agora, na Inglaterra. Em casa, na Nigéria, tudo o que uma mãe precisava fazer com seu bebê era lavá-lo e alimentá-lo [...] na Inglaterra, tomar conta de um bebê era, em si, um trabalho em tempo integral. Para uma esposa nigeriana era difícil fazer isso, especialmente quando percebia que já não podia contar com a ajuda que a família ampliada costumava prestar em situações daquele tipo. Assim, quase todas as crianças nigerianas filhas de pais “estudantes”, como eles eram chamados, estavam condenadas a ser entregues para adoção. (Emecheta, 2018, p. 69).

O formato de família nuclear ocidental praticado no Norte Global não comportava aquilo que Adah experienciava enquanto família na África. De acordo com Oyèrónke Oyewùmí (2004), retomando a discussão sobre gênero, nas famílias ocidentais, mães seriam, antes de tudo, esposas, e filhos seriam fruto da relação entre elas e o marido – disso, derivaria a expressão mãe solteira ou solo utilizada a partir da noção patriarcal. Nas famílias africanas esse status seria impossível de ser atribuído, uma vez que a maternidade seria definida como “uma relação de descendência, não a partir de uma relação sexual com um homem” (Oyewùmí, 2004, p. 5). Entendida dessa forma, o cuidado dos filhos também estaria submetido às redes de descendência. Em condição de mulher imigrante, Adah percebia as diferenças que a separava dos brancos, sobretudo, das mulheres brancas e seus filhos brancos.

Só cidadãos de primeira classe viviam com os filhos – Outro casal, os Ojo, que haviam deixado os quatro filhos na África, aconselharam Adah a mandar os dela de volta para a Nigéria. Todo mundo palpitava e especulava. O problema era que Adah parecia um pavão, não admitia perder. Só cidadãos de primeira classe viviam com os filhos não negros. (Emecheta, 2018, p. 70).

De acordo com Lemos (2021), se, por um lado, a imigração da personagem pode lhe ter conferido maior liberdade em relação à família, ao matrimônio e ao trabalho, por outro, “sua identificação com as mulheres inglesas brancas permaneceu marcada pela hierarquização e pela alteridade” (2021, p. 147). A protagonista resistiu à insuficiente oferta de escolas infantis e às investidas dos imigrantes que tentavam convencê-la de mandar as crianças de volta à Nigéria, aos cuidados da família. Após o nascimento do quarto filho, de ter conseguido uma vaga na educação infantil para o mais velho e ser apoiada pelas políticas de seguridade social, que lhe garantiram o afastamento remunerado do emprego na biblioteca, Adah reposicionou o lugar da maternidade em sua vida de imigrante, com todos os desafios enfrentados, ao mesmo tempo em que recuperou um antigo desejo, escrever.

Só durou cinco meses, mas como ela teria gostado que seu modo de vida tivesse continuado daquele jeito! Depois do nascimento de Dada, ela não se apressou a voltar para o trabalho porque, como disse ao marido, com quatro filhos, todos com menos de cinco anos, não tolerava a ideia de deixá-los com outra mulher. Titi fora inscrita numa creche ligada à escola Carlton, bem perto de Queen’s Crescent. Adah só precisava levar Titi diariamente à escola, fazer suas compras no mercado Crescent, levar os três menores ao parque durante uma ou duas horas, voltar para casa, dar almoço aos três, acomodá-los para a sesta e escrever *Dote de Esposa*. (Emecheta, 2018, p. 237).

Durante a maior parte da história, o que Adah almeja eram condições favoráveis para que toda a sua família ficasse amparada, para que seu marido conseguisse avançar nos estudos e para que seus filhos crescessem em segurança e tivessem melhores oportunidades que na Nigéria – algo de semelhante a tantas histórias de imigração. Para ela, o papel que desempenhava como responsável pelo sustento da casa só passou a ser questionado quando a segurança da sua família se tornou frágil. O fato de não ter acesso a local e a cuidados adequados aos quais pudesse confiar seus filhos foi o gatilho para questionar os papéis desempenhados por ela e pelo cônjuge. A partir de um problema de ordem da reprodução social da vida no capitalismo, ter onde morar e criar os filhos, a protagonista identificou problemas que não existiam e precisou reconfigurar os papéis sociais atribuídos dentro do casamento, relação na qual passou a sofrer violências físicas e psicológicas.

Foi, portanto, a imigração e a racialização – vinculada à sua origem, etnia e função materna – que primeiro lhe impuseram condições de vidas pauperizadas e lugar de cidadã de segunda classe. Ou seja, o problema da reprodução biológica, recuperado pelo feminismo decolonial, pesou mais para Adah, uma mulher racializada do Sul Global, que sobre as mulheres brancas com quem passou a conviver no mesmo território.

Assim como o feminismo decolonial reposiciona o problema da reprodução social biológica, Vergès (2020) lembra que também o faz com trabalho precarizado, como é o caso dos serviços de limpeza. De acordo com ela, essa atividade corresponderia aos postos de trabalhos de menor status social e de direitos precários, os quais deveriam ser ocupados por indivíduos racializados cuja presença fosse imperceptível àqueles que têm o privilégio de tomar como natural o asseio dos espaços público e privado. No segundo romance trabalhado, *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*, esse é o cenário de uma França modernizada onde encontramos mulheres imigrantes caribenhas.

Maméga é a narradora e protagonista de *Cartas a uma negra*, romance da martinicana Françoise Ega, publicado postumamente na França no ano de 1978 e no Brasil em 2021 com tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. O texto foi elaborado na interlocução de Ega com Carolina Maria de Jesus a partir de fragmentos e comentários sobre *Quarto de despejo* (1962), com o qual Ega teve contato. O encontro entre a narradora e a escritora aconteceu por meio da leitura de um artigo da revista *Paris Match* durante uma das viagens de ônibus entre o local onde morava e a casa das patroas onde trabalhava como doméstica. Desde esse momento de identificação com a escritora brasileira, a narradora passou a escrever cartas, de maio de 1962 a junho de 1966, nas quais relatava o cotidiano de imigrantes que viviam numa França construída e enriquecida pelo processo colonizatório. Mais especificamente, debruçou-se sobre as dificuldades, as injustiças, a subalternidade e as humilhações pelas quais passavam mulheres caribenhas, embora não com exclusividade. Construído em primeira pessoa, das experiências de Ega, babás, empregadas domésticas, faxineiras, patroas e seus filhos mimados são transformados em personagens de um enredo de exploração e racismo no século XX, mas, também, de agência e de desejos de mulheres que deixaram a terra natal em busca de melhores condições de vida no país das luzes.

Ao elaborar uma cartografia da exploração do trabalho na França no período pós-colonial, Françoise transformou em objeto de análise o trabalho das empregadas domésticas e faxineiras oriundas do Sul Global, “responsáveis por limpar o mundo”, e evidenciou aquilo que permaneceria “vigente da estrutura colonial, a realidade das mulheres racializadas” (Vergès, 2020, p. 24). Esse é o plano no qual encontramos Maméga, uma martinicana negra, imigrante e empregada doméstica na cidade portuária de Marselha, que, no início do texto, reivindica uma interlocução com a escritora brasileira e busca aproximação entre a

realidade de ambas desde “os gestos ancestrais”, para dizer que o trabalho não lhe assustava e que era feitas “do mesmo calibre” (Ega, 2021, p. 10). Mais adiante, a despeito da coragem, manifesta medo de permanecer na condição de empregada antilhana e “não conseguir sair da servidão” como sua tia Jeanne “toda entravada no subúrbio de Paris depois de passar trinta anos da sua vida na casa dos outros” (Ega, 2021, p. 154).

A limpeza era o trabalho de Maméga, de Jeanne e de tantas outras caribenhas que deixavam a terra natal para servir às patroas francesas abastadas. De acordo com Vergès, (2020), verificava-se uma política pró-colonial repressiva nos departamentos e governos ultramarinos franceses que sustentaria a migração de jovens ao tempo em que a metrópole se modernizava. Isso aparece na fala da personagem Solange ao admitir que nunca conseguiu sair da engrenagem alimentada pelo sistema, “uma vez que você está no sistema de seguridade social como doméstica, tente escapar pra ver se dá” (Ega, 2021, p. 63). A França, carente de mão de obra para ocupar certos cargos no serviço público, precisava de mão de obra feminina imigrante para o trabalho nos hospitais, creches, asilos e escolas infantis. O governo chegou a criar uma instituição estatal, o *Bumidom*, que foi responsável pela organização da entrada no país de jovens provenientes do Caribe, da Guiana e da ilha de Reunião (Vergès, 2020). Isso explicaria por que, em uma das cartas à Carolina, Maméga conta, ao descrever um episódio em que um emprego de costureira acabou se transformando em tarefas de limpeza, elas eram “classificadas pelo governo e por toda a França como sendo, antes de tudo, faxineiras” (Ega, 2021, p. 145).

Enquanto mulheres brancas ascendiam profissionalmente por um lado e praticavam o tempo para si, foi necessário que mulheres racializadas cuidassem da função de reprodução social – cuidado das crianças, limpeza, cozinha –, para que “patroas” saíssem com suas famílias para “praticar esqui aquático” e se preocupassem em “entrar em forma” (Ega, 2021, p. 22) ou para que cumprissem outros compromissos sociais:

Dizendo estar com uma febre alta, a babá saiu: a família da patroa se surpreendeu, precisavam almoçar na cidade, e era o dia de folga da governanta, então recebi um avental branco e me disseram para tomar conta das crianças. O garoto fez um escândalo tão grande que o levaram junto, deixando comigo o frágil bebê de olhos doces. (Ega, 2021, p. 105).

Temos, portanto, momentos nos quais fica expresso o papel que Maméga e outras caribenhas desempenhavam nesse processo. A partir das jornadas de trabalho da protagonista, temos elementos convincentes de como o trabalho de limpeza – além de garantir aos franceses lugares limpos para morar, trabalhar e transitar – permitia à mulher branca ocupar bons postos de trabalho e despender tempo com atividades pessoais. Para isso, outros corpos femininos precisavam limpar suas casas, lavar suas roupas, cozinhar suas refeições e cuidar de seus filhos; esses corpos eram de mulheres racializadas.

A pesquisadora que cresceu na ilha de Reunião também chamou a atenção para outro fato que marcou como desigualdades as diferenças entre as mulheres brancas e as racializadas. Segundo ela, as francesas conquistaram o direito ao voto no ano de 1944, ao passo que esse direito somente foi estendido aos departamentos ultramarinos na década de 1980 (Vergès, 2020).⁴ Desse modo, enquanto as patroas participavam dos processos políticos eleitorais, às caribenhas caberia a tarefa de garantir espaços asseados para o exercício e concretização dos direitos republicanos. Yuderkys Espinosa-Miñoso, ao colocar em dúvida a unidade das mulheres defendida pela epistemologia feminista clássica, lembra que as hierarquias de opressão e de dominação não estavam vinculadas somente ao gênero e que uma categoria de mulher ainda gozava de “prerrogativas de privilégio dentro da ficção universalista do movimento”, aprofundando com isso a colonialidade (Espinosa-Miñoso, 2020, p. 5).

⁴Martinica foi colônia francesa até o ano de 1946 quando foi transformada em Departamento Ultramarino, hoje com o estatuto de Região Administrativa do Ultramar da França.

As desigualdades, no entanto, pareciam não ficar somente entre as mulheres brancas e as racializadas, mas também se manifestavam entre as imigrantes. Maméga, em uma de suas cartas, sugere que existiam diferenças entre o tratamento destinado às mulheres caribenhas e às mulheres africanas e lamenta não ser uma destas, “pois uma africana não vira faxineira”, devido ao que atribuiu como sendo “paixão inconsciente pela liberdade” (Ega, 2021, p. 137-138).

A narradora e protagonista de *Cartas a uma negra* percebe a diferença na ocupação de postos de trabalho entre afro-americanas do centro do continente e africanas das ex-colônias. Nesse caso, a relação entre o território original e as possibilidades de ocupação de espaços após o deslocamento poderia ser tomada como evidência da forma como a *linguagem* (Fanon, 2008), a *ficcionalização* (Said, 1990) e a *colonialidade do poder* (Quijano, 2000), aspectos mais bem desenvolvidos na segunda parte do texto, teriam incidido nas experiências cotidianas de mulheres imigrantes, resultando em caminhos autorizados para algumas e negados a outras no período pós-colonial.

No lugar que lhe coube, Maméga foi se transformando em uma ativista em defesa dos imigrantes e, principalmente, das mulheres que eram trazidas para França e que gozavam de poucos ou nenhum direito relativo à seguridade social – muitas delas, inclusive, chegavam endividadas ao território europeu com os custos do deslocamento. À medida que conhecia outras caribenhas, a protagonista tomava conhecimento da dimensão da exploração, confirmada pelas horas exaustivas de trabalho, pelas acomodações que eram destinadas a essas empregadas e ao tipo de trabalho que lhes eram solicitados. No diálogo “Yolande, hoje, domingo, o que a senhora está fazendo com essa enxada?” (Ega, 2021, p. 15) a martinicana explicita o tamanho da exploração. Ao ser questionada, essa que foi uma das primeiras imigrantes a quem ela ajudou na narrativa, respondeu que seu trabalho era fazer de tudo, todos os dias.

Assim como as personagens Solange, Jeanne, Yolande, Maméga – e Françoise Ega –, tantas outras caribenhas, afro-latino-americanas, não-brancas de diversos territórios e etnias, centenas de milhares de mulheres, portanto, se ocupariam “incansavelmente da tarefa de limpar o mundo” (Vergès, 2020, p. 24). Essas mulheres, assim como suas atribuições, deveriam permanecer invisíveis. Seria interesse do colonialismo que a tarefa da reprodução social nos passasse despercebida, que o trabalho de limpeza dos espaços públicos e privados bem como a tarefa de cuidar do outro no ambiente doméstico, nas creches, nos hospitais fossem imperceptíveis. Para tanto, a estratégia seria atribuí-lo a pessoas invisibilizadas. O que não parecia desejável ao imperialismo era que mulheres racializadas, responsáveis pela materialidade da reprodução da vida, mulheres cujos corpos submetidos a jornadas extenuantes e que sustentavam “as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos” (Vergès, 2020, p. 25) tivessem a audácia de se mostrarem ao mundo, utilizando a escrita como agência de denúncia e de ressignificação social e cultural.

Uma martinicana e uma nigeriana do Sul Global – a escrita, o silenciamento e o privilégio epistêmico

Nos tantos relatos de exploração, Ega materializou em *Cartas a uma negra* o desejo pela escrita de uma mulher negra racializada. Em meio às cartas que eram redigidas sobre a mesa da cozinha ao mesmo tempo em que preparava o jantar, entre um dia e outro de trabalho na casa das patroas, Maméga também escrevia um romance e manifestava a consciência da condição desfavorável à prática literária, considerada deslocada da posição social que se encontrava.

As escritoras, acredito, têm escritórios com luzes apropriadas. O barulho não entra em seu santuário. Já eu, lhe escrevo à luz da enorme lâmpada da cozinha, enquanto as crianças estudam para as aulas de amanhã. Mas fico pensando em você, menos privilegiada ainda, com apenas uma lâmpada de querosene em uma favela. (Ega, 2021, p. 117).

Trazemos, aqui, um diálogo com Gloria Anzaldúa em sua provocação *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* (1981), na qual a intelectual conclama as mulheres do Sul Global a escreverem mesmo com todos os perigos que elas, certamente, enfrentarão:

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (Anzaldúa, 2000, p. 230).

Anzaldúa aponta que as mulheres racializadas, em suas escritas, desconstróem os estereótipos criados pelas pessoas brancas, visto que não têm muito a perder devido a falta de privilégios o longo de sua existência consignada ao processo colonizatório e às formas de definir a Outridade que surgem ao longo dos séculos através da violência das colonizações: “A negra doméstica, a pesada ama de leite com uma dúzia de crianças sugando seus seios, a chinesa de olhos puxados e mão hábil [...] a chicana ou a índia [...] passivamente deitada de costas, sendo comida pelo homem [...]” (Anzaldúa, 2000, p. 230-231).

A escritora Maméga parece inferir essa condição e percebe a existência de condições ainda mais adversas para Carolina Maria de Jesus, considerando os contextos diferentes e privações assimétricas dentro do campo da exploração do trabalho de mulheres racializadas do Sul Global – lembremos aqui que a autora brasileira compartilhou em seus escritos a experiência da fome, realidade um tanto distante da narradora caribenha.

Assim como Maméga, Adah encontrou agência na escrita enquanto enfrentava o racismo dos senhorios, as dificuldades que envolviam gravidez, a maternidade e o trabalho e a violência doméstica praticada pelo marido, combinação de fatores que acarretava sofrimento cotidiano. Ao mesmo tempo em que as práticas sociais entre a cultura ocidental e a cultura *igbo* conflitavam e se reconfiguravam, Adah decidiu escrever. Isso aconteceu durante a amamentação do quarto filho, quando afastada do trabalho e desresponsabilizada pelo sustento do esposo, colocou em prática os planos de se transformar na autora de *Dote de Esposa*.

As coisas pareciam estar funcionando, mas o dinheiro de Adah ia ficando curto e as crianças precisavam de roupas novas. Adah organizou os horários e descobriu que conseguia ter três horas de sossego à tarde. Então seu velho sonho se apresentou de estalo. Por que não tentar escrever? Sempre desejara escrever. Por que não? Correu ao Foyles e comprou um exemplar de Como escrever bem e, ao longo de todos os meses em que amamentou Dada, sentava-se à tarde para escrever o manuscrito de um livro que receberia o título de Dote de esposa. (Emecheta, 2018, p. 234).

Da mesma forma que a antilhana, Adah não possuía as condições materiais com as quais julgamos que contam grande parte dos escritores. Seriam três horas para se dedicar a uma nova tarefa, a qual se somaria à maternagem, ao trabalho doméstico e, mais adiante, ao retorno ao trabalho como técnica bibliotecária. Em ambos os casos, as personagens tiveram que conviver com descrédito daqueles que as rodeavam, e os maridos foram os primeiros a desencorajar a prática da escrita dessas mulheres:

“Então, está tudo certo com seu livro, ele é bem fininho! Dei uma olhada nele de tarde: cinquenta páginas! Você é engraçada! No início, é claro que *O morro dos ventos uivantes* era um livro bem fininho. [...] Tenho certeza, Carolina, de que ninguém zombava de você” (Ega, 2021, p. 12)

E, ainda, com o desprezo:

“Sua papelada é um papelão, um mamoeiro macho! Flores ao vento! Nunca dará frutos! Você tem que falar sobre lanchonetes e piscinas! Garotas bronzeadas tomando banho nas praias, as pessoas adoram isso! Quem vai se interessar por histórias de negros? Eu poderia ter desanimado” (Ega, 2021, p. 33)

Ou com a crueldade de quem, para deslegitimar suas capacidades, atribui comportamentos insanos à mulher:

À noite contou a Francis sobre *Dote de esposa*, mas ele respondeu que preferia assistir a *O santo* na televisão nova que haviam alugado. [...] Então Francis disse: “Você sempre se esquece de que é mulher, e negra. O homem branco mal consegue tolerar, a nós, homens, isso para não falar em mulherzinhas desmioladas que nem você, que só pensam em amamentar os filhos”. (Emecheta, 2018, p. 242).

Tanto o marido de Maméga quanto o marido de Adah desmereceram os manuscritos de suas companheiras e lançaram, explicitamente, o racismo como justificativa para o fracasso da empreitada. Ao examinarmos as dificuldades impostas pelo racismo experienciado no país do colonizador, poderíamos pensar na “colonialidade do poder” de Quijano (2000) e no “orientalismo” e na “ficcionalização” de Edward Said (1990), ou, ainda, na “relação entre violência e linguagem” de Franz Fanon (2008).

Para o sociólogo andino, o sucesso da colonização das Américas dependia da inauguração de um sistema de poder moldado não mais pela força do armamento do colonizador, mas sim pela exploração de uma diferença entre colonizador e colonizado que encerrasse a superioridade do primeiro sobre o segundo. Esse argumento abstrato ganhou o status de raça como “una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial” (Quijano, 2000. p. 203) e inaugurou o que autor chamou de a “colonialidade do poder” – à inferioridade de raça, seguiria a inferioridade técnica, de pensamento e de cultura. De certo modo, poderíamos pensar que o marido de Maméga migrou acompanhado dessa construção mental e que o marido de Adah talvez a tenha descoberto na terra do colonizador, do mesmo modo como aconteceu com a protagonista de Emecheta que declarou ter descoberto o racismo na Inglaterra.

De forma análoga, o crítico literário palestino reconstruiu, para o caso das políticas colonialistas no norte do continente africano e

Oriente Médio, a gênese de como uma civilização constrói ficções para se aproximar, explicar e dominar culturas ao seu redor, sempre julgadas inferiores e incapazes de resolverem problemas (Said, 1990). Uma dessas ficções seria o fato de que conhecimentos elaborados por “culturas inferiores” não possuíam valor, o que negaria a forma estética na escrita daquelas mulheres racializadas. De outro modo, pelo campo da psicanálise, a confirmação de que Maméga e Adah estariam, por meio da *linguagem*, e sem autorização, transpondo a barreira do “não ser” e reconhecendo nelas o que antes era atributo exclusivo do branco, a condição de humanidade (Fanon, 2008).

Aos argumentos sobre o racismo somavam-se preceitos investidos pelo patriarcado na voz dos maridos das protagonistas. Para o caso das mulheres afro-latino-americanas, María Lugones (2008) afirma que, assim como a construção da ideia de raça, também a categoria gênero foi erigida como uma ferramenta de controle social utilizada pelo colonialismo para violentar mulheres racializadas, tornando o corpo o território a ser ocupado e violado em simetria à *tierra nueva*. Conforme Ega, isso aconteceria por meio de uma “dupla subjugação: a dos colonizadores e a dos homens colonizados” (Vergès, 2020, p. 57). E, ainda que consideremos a historicidade do conceito de gênero, portanto da existência de distintas manifestações do patriarcado, como problematizou Oyèrónke Oyewùmí (2004), na narrativa das imigrantes, os homens não hesitaram em manifestar um sentimento de superioridade para deslegitimar a escritura de suas companheiras. Esse argumento é reforçado quando o marido de Adah se dirige à esposa, questionando-a sobre ter “uma mulher escritora” dentro da própria casa e “num país de brancos” (Emecheta, 2018, p. 243).

Para ela ficou óbvio que Francis seria incapaz de tolerar uma mulher inteligente. Culpou-se outra vez. Eles não deveriam ter vindo para a Inglaterra, porque assim ela agora não teria sentido aquela necessidade de escrever; seu casamento ficaria a salvo, pelo menos durante algum momento no futuro haveria de escrever. Para ela, a atividade de bibliotecária era simplesmente um degrau que a aproximava dos livros que sonhava um dia escrever, quando estivesse com quarenta anos de idade. (Emecheta, 2018, p. 243).

Ainda pensando sobre a desautorização para a escrita, encontramos outras reações, nesse caso opostas nas duas narrativas. Maméga enfrentou não somente a desconfiança do marido, mas também da amiga imigrante Solange:

Sabe, não é para desencorajar você, mas não é bom fazer projetos para as coisas que você escreve ou para o que planeja escrever! Melhor um bom emprego que lhe renda uma grana! Agora ninguém a conhece, você só vai gastar dinheiro! O que você acha se nós duas fôssemos proprietárias de um pequeno restaurante? (Ega, 2021, p. 183).

Enquanto isso, Adah foi incentivada por seus colegas de trabalho:

Bill leu, Peggy e os outros também. Adah achava que eles iam rir e lhe dizer que era uma boa primeira tentativa. Mas Bill levou o livro muito a sério. Ela deveria mostrar a alguém do mundo editorial. Adah ficou apavorada. [...] As palavras, simples, nem um pouco sofisticadas, brotavam de sua mente. Ela escrevera aquilo como se houvesse falando, falando depressa, alguém que nunca mais ia parar de falar. E agora Bill dizia que o texto era bom, ela que datilografasse tudo, que ele mostraria a alguém. (Emecheta, 2018, p. 240).

Sobre isso, poderíamos novamente pensar na incidência de silenciamento engendrado nos diferentes lugares a partir de aspectos históricos vinculados à colonização. Ao passo que na região do Caribe se pretendeu o extermínio da população local e a diáspora seguida de escravização, na Nigéria, a empresa colonizadora manteve estruturas culturais dos povos originais. Maméga e Solange experimentaram o racismo antes da imigração, algo que Adah descobriu somente em solo inglês. Maméga e as conterrâneas estiveram mais próximas dos papéis destinados a homens e mulheres pelo patriarcado ocidental do que Adah, tendo em vista a constituição singular e a distribuição de responsabilidades na família *igbo*. Eram distintos os lugares que ambas ocupavam na terra natal, Maméga lembrava dos trabalhos rurais das martinicanas, enquanto Adah ocupava uma função técnica na Embaixada. Foram diversas as formas com que a imigração se mostrou para elas; para a caribenha como um incentivo do governo para que fosse trabalhar como doméstica, e para a *igbo* como possibilidade de continuar seus estudos e voltar à Nigéria para ocupar cargos de elite. Possivelmente, tais condições carregariam consigo elementos de diferentes estruturas ocidentais de silenciamento.

Contribuições da psicanálise anticolonial somada aos estudos da branquitude e de gênero, como o realizado por Grada Kilomba (2019), auxiliam-nos a pensar na desautorização para a escrita que enfrentaram as personagens das obras. De acordo com a autora, o racismo seria uma construção psíquica do imaginário social que definiu o sujeito negro a partir daquilo que o sujeito branco negou haver em si, ou seja, características presentes no colonizador que foram recalçadas e atribuídas ao outro. Enfrentado pelos sujeitos negros, desde a bem-sucedida empresa colonialista, o racismo apreendido como violência estrutural, institucional e cotidiana, seria vivenciado por Maméga na insegurança transmitida pelo conselho da amiga. Conforme pesquisas que resultaram na obra *Memórias da plantação*, para se construir na relação de alteridade, caberia ao branco o controle da fala e da enunciação e a imposição do silêncio, seja no passado por meio da máscara, seja no presente por meio das estruturas de opressão que não permitiriam que as vozes dos sujeitos negros fossem escutadas (Kilomba, 2019). Embora sublinhe que os colonizados não foram e não são vítimas passivas da dominação, nas trincheiras enfrentariam uma epistemologia, erudição e pressupostos científicos intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Como resultado, os conhecimentos elaborados pelos sujeitos negros, quando

não silenciados, seriam desqualificados. E Adah, que na Nigéria não identificava o racismo, reconheceu a armadilha:

Estudaria mais, se esforçaria mais, então, para ser escritora. Mas por onde começar? Havia tantas coisas, e coisas tão diferentes que era preciso saber para ser escritor...não poderia escrever em nenhuma língua africana, então teria de ser em inglês, embora essa não fosse sua língua materna. Mas primeiro precisaria de orientação. Os livros mais simples que lhe vinham à cabeça era a Bíblia e as obras completas de Shakespeare. (Emecheta, p. 241).

Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (Spivak, 2010), também aborda os processos de silenciamento. No caso específico das mulheres e dos estudos sobre gênero, identifica um privilégio epistêmico experimentado pelo domínio ocidental, incluindo mulheres brancas, que autorizaria ou desautorizaria a fala do sujeito. Quando Adah reconheceu que precisaria escrever na língua do colonizador e que teria como referências a cultura ocidental, representadas por Shakespeare e pelo cristianismo, identificou a distância que mantinha com o discurso europeu e com a autoridade na elaboração de conhecimento e forma artística. De acordo com Gayatri, ambos os gêneros seriam “objetos da historiografia colonialista” e “sujeitos da insurgência”, mas a subalternidade da mulher estaria “mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 66-67).

As personagens Maméga e Adah parecem fazer parte dessa genealogia que imprimiu, em cada espaço colonizado, uma cultura do silenciamento do sujeito feminino não-branco e racializado. Por esse motivo, teriam, ainda que por instantes, considerado que o lugar da escrita não lhes pertencia. Havia nelas a construção psíquica do colonialismo, uma matriz narrativa de vulnerabilidade das imagens de si gestadas por uma perversa narrativa do colonizador. As protagonistas conheciam as fronteiras que separam aqueles que poderiam falar e aqueles que não poderiam, e uma mulher negra não poderia, e se pudesse, não seria ouvida, já que “histórias de negros” não era um tipo de conhecimento que despertaria interesse na Europa.

Todavia, se as estruturas de silenciamento, aliadas ao privilégio epistêmico, pressionaram as protagonistas no caminho contrário da vontade escrever histórias, as imigrantes martinicana e nigeriana também demonstraram capacidade de agência ao tomarem o desejo pela escrita como um sentimento imperativo de “reunir palavras, montar frases e poder lê-las, ainda que o escrito esteja em crioulo ou javanês!” e de sentir “uma incrível sensação de alívio” por realizar algo que “não é fácil” (Ega, 2021, p. 14) e não mais calar, como conta Maméga:

Verdade, ele [marido] está certo, Carolina! Solange está certa! Mas agora que essa ideia entrou na minha cabeça, não tenho como me livrar dela! Quando sacudo a poeira dos tapetes das patroas, até consigo esquecer, mas logo depois me vejo procurando um caderno velho para encher de palavras. (Ega, 2021, p. 56).

Postura semelhante, observamos no enredo em que esteve envolvida a nigeriana Adah e seu sentimento de “resplendor interno”:

“[Bill lhe disse:] isto é sua criação, seu filho; você é a única pessoa no mundo inteiro que poderia ter produzido essa obra específica, ninguém mais seria capaz”. [...] Talvez seus livros só fossem publicados depois que ela tivesse quarenta anos, mas sua primeira história estava concluída. Agora era impossível recuar. Conhecerá o sentimento de acabar a história, provar a satisfação de ver outras pessoas lerem sua obra e sentir um resplendor interno indescritível ouvindo outras pessoas dizerem o quanto haviam gostado de ler o que ela escrevera. (Emecheta, 2018, p. 241-243).

Nas passagens, os argumentos fazem crer que as personagens encontraram suas vozes por meio da escrita. Maméga, além das cartas, escrevia “histórias de negros” e sobre a vida na Martinica; Adah, sobre a instituição do dote na Nigéria. Ambas, portanto, a partir de seus lugares e de suas experiências. Assim também o fizeram Buchi Emecheta e Françoise Ega, autoras das obras analisadas. Apesar de *Cidadã de segunda classe* não ser classificado como um texto autobiográfico pela escritora, há inúmeros pontos de convergência entre a história da protagonista e de Emecheta. No caso de *Cartas a uma negra*, uma espécie de autobiografia epistolar, Maméga narrou seu tempo como trabalhadora doméstica numa França que ainda a via como escritora.

Nesse rastro, teríamos a decantação da experiência em forma estética. Além do advento da vivência, para o caso de Ega, uma mulher cujos “gestos ancestrais” (Ega, 2021, p. 10) estavam ligados à Carolina Maria de Jesus, à escravização e à diáspora, poderíamos caracterizar sua escrita como uma *escrevivência*, na medida em que traria com ela “a força motriz de mulheres negras escravizadas” que a “antecederam” (Evaristo apud Herminio, 2022). Siqueira (2022), ao analisar em sua dissertação o encontro entre Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, levantou uma discussão sobre a história literária da América Latina e defendeu, a partir de contribuições de Lélia Gonzalez, que dentro dela haveria a tradição de uma literatura amefricana na qual existiriam escritas e características estéticas semelhantes. Apesar do termo “escrevivência” não ter sido criado como conceito, sua utilização como ferramenta metodológica de análise de textos literários expandiu-se no último período e com ela a necessidade de uma maior definição do termo. Julgamos pertinente expor o significado a ele atribuído por quem o gestou:

Pensar a Escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica. A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em

estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de “contar histórias para adormecer os da casa-grande”. E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. Escrivivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. (Evaristo *apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 29-30).

Assim como alertou Siqueira, a figura da Mãe Preta seria o lugar, também um corpo, de onde teria nascido o termo – da “contação de histórias inaugurada pela Mãe Preta que toda uma geração de mulheres negras vai passar a também querer contar suas histórias” (Siqueira, 2022, p. 64) – e isso aparece em *Cartas a uma negra*.

Quando todos se foram, a fofurinha [bebê] veio andando na minha direção, me livrei das panelas que segurava e a peguei nos braços. Ela aninhou a cabeça no meu ombro como se sempre tivesse feito aquilo. Dei um beijo naquela coisinha que tem avós tão desagradáveis. Ela não queria comer [...]. Peguei um aparelho no laboratório e pus para grelhar duas lindas bananas que tinha comprado na mercearia do bairro. Peguei uma colher e dei de comer àquela fofura, que abriu a boquinha diante do cardápio inusitado. Sem remédio nem choro, ela brincou e adormeceu enquanto eu cantava uma velha cantiga crioula. (Ega, 2021, p. 106).

Somado a isso, Evaristo advertiu sobre outro elemento importante que envolveria *uma escrevivência*, o fato de que não seria uma escrita de si, esgotada no próprio sujeito, mas uma escrita que carregaria consigo a vivência da coletividade (Herminio, 2022). Tomado nesses termos – bem como Siqueira (2022), que também realizou a problematização a partir de discussões sobre a perspectiva das *oralituras* –, o texto narrado por Maméga traria consigo toda uma tradição da necessidade da contação de histórias, que não seriam somente suas, mas de toda uma comunidade de imigrantes caribenhos.

Os textos das duas personagens, no tempo da narrativa, não ganharam o mundo. O manuscrito *Dote de esposa* foi queimado pelo, à época, marido de Adah, que não admitia ter dentro de casa uma esposa que escrevesse sobre assuntos que desagradariam à família. A martinicana não encontrou quem quisesse publicar suas “histórias de negros”. As autorias de Buchi Emecheta e Françoise Ega, no entanto, certamente contribuíram para que outras mulheres do Sul pudessem seguir por outros caminhos que não o autorizado pelo Norte. Maméga tinha consciência disso:

Vocês têm sorte! Vocês têm todas as condições para fazer o que bem quiserem! Vocês estão nas lojas de departamentos e onde quer que o seu mérito os possa levar, ninguém mais fica surpreso! No nosso tempo, só podíamos ser faxineiras, só poderíamos ser faxineiras! A vida realmente mudou, acreditem em nós! (Ega, 2021, p. 235).

Portanto, com algum conforto, diríamos que experiências de mulheres representadas pelas protagonistas Maméga e Adah não somente foram fonte para transformação das condições de vida das gerações que as sucederam, como também levaram intelectuais do Sul a questionarem o feminismo hegemônico e reivindicarem para si um “amplo movimento de reapropriação científica e filosófica que tem revisado a narrativa europeia do mundo”, marcada “pela ausência de razão, de beleza ou de espírito naturalmente apto à descoberta científica e técnica” (Vergès, 2020, p. 39). Maméga e Adah, Françoise Ega e Buchi Emecheta, uma afro-americana e uma africana estiveram aptas à produção artística desde o Sul Global, a despeito do silenciamento promovido pelas políticas e cultura de um colonialismo persistente.

Considerações Finais

O deslocamento de pessoas esteve vinculado no último século ao desenvolvimento do capitalismo na relação centro-periferia. Dela, narrativas emergentes, sujeitos literários e práticas discursivas cruzaram fronteiras físicas e culturais impostas pelo colonialismo. Por esses caminhos circularam mulheres negras imigrantes como as protagonistas Adah e Maméga e as autoras Emecheta e Ega.

Das experiências da nigeriana e da martinicana que emigraram para Londres e Marselha, foram selecionadas e problematizadas aquelas relativas à maternidade, à moradia, às ocupações profissionais e à escrita. Para tanto, buscamos nos debates do feminismo decolonial, ferramentas que julgamos adequadas para análise das vivências das personagens e que nos permitiram afirmar a existência de uma relação entre o lugar que essas mulheres racializadas ocupam na reprodução social da ordem capitalista e a escrita como emancipação e protagonismo diante das políticas colonialistas. Nesse sentido, trazemos o conselho de Anzaldúa direcionado às mulheres racializadas do Sul Global:

Esqueça o quarto só para si – escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador – você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por paixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever. (Anzaldúa, 2000, p. 233).

A partir da materialidade do cotidiano, identificamos o desejo e a disposição das duas personagens para fazerem “finalmente rompidas as correntes que elas não forjaram” (Ega, 2021, p. 159). Diante das estruturas de exploração e das instituições de silenciamento, as imigrantes se movimentaram e deram lápis e papel as suas histórias de dotes e de negritudes. Adah e Maméga, Buchi Emecheta e François Ega necessitavam viver a experiência da escrita que, cada uma à sua medida, abriu caminho para um novo cenário literário no qual há espaço para a voz, para a escrita e para a circulação de publicações de mulheres afro-americanas e africanas imigrantes desde o Sul, mesmo quando no Norte.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução de Édna de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BERND, Zilá. Colocando em xeque o conceito de literatura nacional. In: SIMPÓSICO INTERNACIONAL RELAÇÕES LITERÁRIAS INTERNACIONAIS SOBRE TERRITÓRIO E CULTURA, I, 2007, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007. p. 1-11. Disponível em: https://www.zilabernd.com/arquivos/89/uff2007-pdf_145118.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Avila, Eliane Reis e Glaucê Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EGA, Françoise. *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*. Tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

EMECHETA, Buchi. A Nigerian writer living London. *Kunapipi*, v. 4, n. 1, p. 114-123, 1982. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/kunapipi/vol4/iss1/11>. Acesso em: 17 fev.2025.

EMECHETA, Buchi. *Cidadã de segunda classe*. Tradução de Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

HERMINIO, Beatriz. A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – Notícias*, out. de 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE MOS, Maria Isabel. “Cidadã de segunda classe”: sujeitos femininos e a fragmentação identitária no mundo pós-colonial. *Téssera*. Edição Especial, p. 136–153, fev/jul 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/tessera/article/view/60699>. Acesso em: 17 fev. 2025.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008. p. 13-54

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderlys. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial. *Arte e descolonização: MASP Afterall*, 2020. Disponível em: <https://www.masp.org.br/arte-e-descolonizacao>. Acesso em: 17 fev. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. *Conceitualizando gênero: fundação eurocêntria de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Tradução de Juliana Araújo Lopes para uso didático, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2156559&forceview=1>. Acesso em: 17 fev. 2025.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso-Unesco, 2000.

SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SIQUEIRA, Samanta Vitória. *Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus e Cartas a uma negra, de Françoise Ega: uma literatura americana*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SPIVAK, Gayatri Charravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Almeida, Marcos Feitosa, André Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pineiro e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Buchi Emecheta and Françoise Ega: Migrant Writings from the Global South

ABSTRACT

*In the scenario of people moving between the center and the periphery of the globe, emerging narratives, literary subjects and discursive practices cross physical and cultural borders imposed by colonialism. This picture is present in *Cidadã de segunda classe* (2018), by Buchi Emecheta and *Cartas a uma negra: narrativa antilhana* (2021), by Françoise Ega. From the experiences of Nigerian Adah and Martinican Maméga, who emigrated to London and Marseille, respectively, those relating to motherhood, housing, professional occupations and writing are selected and problematized. To do this, we look for tools that we deem appropriate for analyzing the character's experiences in debates on decolonial feminism through research by Françoise Vergès, Oyèrónke Oyewùmí, Grada Kilomba, Gayatri Spivak, Conceição Evaristo and Gloria Anzaldúa related to social reproduction and racialization, the gendering of relationships, the control of speech and enunciation, epistemic privilege and writing as an agency to confront colonialism; in the same way, contributions from Anibal Quijano, Edward Said and Frantz Fanon regarding the colonality of power, the production of knowledge, language and dominating mentalities. The dialogue carried out between the texts and the theoretical bibliography will allow us to affirm the existence of a relationship between the place that these racialized women occupy in the social reproduction of the capitalist order and the writing of women as emancipation and protagonism in the face of colonialist policies.*

Keywords: Black authors. Immigration. Decolonial feminism. Buchi Emecheta. Françoise Ega.